

## DA EDUCAÇÃO INADEQUADA DOS SURDOS À ESCOLA BILINGUE

Ana Rebeca Medeiros Nunes de Oliveira<sup>1</sup>  
Sarah Maria de Oliveira<sup>2</sup>  
Marilene Calderaro Munguba<sup>3</sup>  
Terezinha Teixeira Joca<sup>4</sup>

### RESUMO

A educação do surdo é marcada por uma negação de sua língua de sinais como primeira língua, o que gerou impasses educacionais, durante muitas décadas, compreendendo muito investimento e lutas para se revelar que essa língua é inerente ao surdo e que a imposição da oralização gera atrasos e sofrimento. A fim de apresentar esse percurso, o presente estudo aborda a trajetória da educação dos surdos a partir do recorte de uma das categorias elencadas na pesquisa original de doutoramento, que teve o surdo como objeto de pesquisa, por meio do método etnográfico com o uso do grupo focal como técnica, para investigação no grupo de dez surdos, estudantes universitários de cursos diversos, e o grupo de seus familiares, todos ouvintes. Para análise das informações fez-se uso do software *Nvivo*, que gerou oito categorias. Como o foco atual é a educação do surdo, elegemos versar sobre a categoria Escolarização Inadequada. Com este recorte o estudo apresenta o objetivo de descrever como se deu a educação do surdo desde uma escola primordialmente oralizada à escola bilingue. À medida que poderia haver ganhos para os surdos e educadores ao identificar a possibilidade de o surdo fazer uso de sua primeira língua, em seu processo educativo, e a língua portuguesa compreendida como segunda língua. O estudo aportou na base conceitual: da Abordagem Centrada na Pessoa, da educação de surdo e da cultura surda. E obteve como principais resultados a identificação de uma educação que ainda caminha para a escola bilingue.

**Palavras-chave:** Educação do surdo, Surdo, Língua de sinais, Inclusão, Escola bilingue.

### INTRODUÇÃO

Este estudo tem como objetivo, descrever como se deu a educação do surdo desde uma escola primordialmente oralizada à escola bilingue. Ademais, este estudo partiu do interesse

---

<sup>1</sup>Psicóloga pela Universidade de Fortaleza (Unifor). Pós-Graduada em Neuroeducação pela UniChristus. Foi estagiária bolsista do Programa de Apoio Psicopedagógico da Universidade de Fortaleza, membro do Grupo de Estudo “Papeando (Con)texto, [anarebecamn@hotmail.com](mailto:anarebecamn@hotmail.com);

<sup>2</sup>Especialista em Tradução, Interpretação e Ensino de Libras pelo Centro Universitário 7 de Setembro. Bacharel em Comunicação Social Publicidade e Propaganda pela Universidade de Fortaleza. Graduada em Letras Libras – Bacharelado. Membro do Grupo de Estudo Papeando (Con)texto, vinculado ao Grupo de Pesquisa Educação nas Profissões de Saúde da Unifor, [saraholiveira@unifor.br](mailto:saraholiveira@unifor.br) ;

<sup>3</sup>Doutora em Ciências da Saúde pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Terapeuta Ocupacional, Fisioterapeuta, Professora da Universidade Federal do Ceará (UFC). Foi membro da equipe do Programa de Apoio Psicopedagógico, com expertise em Educação Inclusiva. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Educação para as Diferenças e os Estudos Surdos na Perspectiva Interdisciplinar (Edespi/UFC), [marilenemunguba@delles.ufc.br](mailto:marilenemunguba@delles.ufc.br);

<sup>4</sup> Doutora em Psicologia Social pela Universidade Autónoma de Lisboa (UAL). Mestre em Psicologia pela Universidade de Fortaleza (Unifor). Psicóloga. Professora do curso de Psicologia e Coordenadora do Programa de Apoio Psicopedagógico da Universidade de Fortaleza. Coordenadora do Grupo de Estudo Papeando (Con)texto, vinculado ao Grupo de Pesquisa Educação nas Profissões de Saúde da Unifor, [terezinhajoca@unifor.br](mailto:terezinhajoca@unifor.br);

das autoras em contribuir com a história da educação dos surdos no Ceará, fomentando os ganhos surdos adquiridos no Estado. Ao longo desse artigo será apresentado um breve histórico da educação dos surdos, a metodologia utilizada para a pesquisa e os resultados e discussões percebidos no decorrer do estudo.

A história da Educação dos Surdos, desde a antiguidade, é fortemente marcada por luta e sofrimento, conquistas e coragem. Após um passado em que predominava o método oralista, o advento da Lei 10.436/2002, a qual regulamentou a Libras como a língua oficial dos surdos no Brasil, propiciou à comunidade surda um considerável avanço na busca de seus direitos e um reconhecimento linguístico de grande importância, o qual possibilitou a qualificação dos surdos em vários níveis, fato antes inimaginável.

Buscar entendimento acerca de um povo surdo e sua escolarização diante de uma coletividade onde a maioria é ouvinte, ainda é um obstáculo. De acordo com Dorziat et al (2011), sobre a comunidade surda é possível considerar que, ainda hoje, há resquícios de sofrimento referente a uma educação que não se apresentava com a prioridade de ensino e novas construções, mas que, por sua vez, conduziu a um pensamento voltado para o formato clínico e biológico por meio de exercícios com ênfase à sistematização do falar oralizado.

Até meados da década de 1990, predominantemente percebia-se a condição de ser surdo na perspectiva biomédica, da falta, da deficiência e a maior insistência da família, dos profissionais que acompanhavam os surdos e das escolas era fazer o surdo falar, expressar-se pela voz. (JOCA, OLIVEIRA, MUNGUBA 2019, p. 1, tradução própria)<sup>5</sup>

Contudo, pesquisas recentes consideram o ensino bilíngue para surdos como uma relevante possibilidade para a educação, respeitando o desenvolvimento da língua de sinais como primeira língua (L1) e da língua oral como segunda língua (L2). Tendo em vista que “a língua de sinais é uma língua, e não se trata de uma língua universal, cada país tem a sua própria língua falada e a sua própria língua de sinais, com influências diversas a partir de suas raízes” (JOCA, 2015, p. 09). Ao que Quadros e Karnopp (2004, p. 30) esclarecem: “As línguas de sinais são, portanto, consideradas pela linguística como línguas naturais ou como um sistema linguístico legítimo e não como um problema do surdo ou como uma patologia da linguagem”

A partir de então, entende-se, ao pensar sobre inclusão do sujeito surdo, que a Língua de Sinais é um fator essencial para a sua efetividade. Neste sentido, Faria et al (2011) descreve que a interação com o meio e com os outros indivíduos é significativa para a formação do sujeito, assim, diante do desenvolvimento das interações e cognição, a linguagem, ao ser

---

<sup>5</sup> Until the mid-1990s, deafness was predominantly perceived by the biomedical view, as a lack of ability, whereas the major effort from the family and professionals was to make deaf people speak, expressing through their voice

adquirida, avoca um ofício fundamental. Desta forma, entende-se que a língua dos surdos, isto é, a língua de sinais, configura-se como prelúdio para sustentar as reflexões acerca dessa temática.

No ano de 2006, ocorreu em Nova York uma convenção internacional pela Organização das Nações Unidas (ONU), onde sucedeu a aderência de 127 países a fim de debaterem acerca dos direitos humanos com o intuito de proporcionar aos cidadãos uma sociedade inclusiva, e nessa perspectiva todos os países participantes comprometeram-se com a causa da convenção assegurando uma maior responsabilização com as pessoas com deficiências a partir das exigências da ONU, principalmente no contexto educacional. Joca (2015) esclarece que a ONU concebe a deficiência como um termo que se encontra em evolução, na qualidade de um fruto da relação entre a deficiência da pessoa com os desafios que ela encontra para se inteirar à sociedade. Portanto, infere-se que a adaptação da educação para a comunidade surda significa pensar um fazer pedagógico que abrevie os obstáculos que impedem o acesso e permanência do mesmo em seu desenvolvimento como discente.

Inserida nesse panorama e não diferente do contexto mundial, no Ceará, a educação dos surdos é consequência de toda uma história a qual é caracterizada por inúmeras tentativas de “normalização” do sujeito surdo, tentativas estas que influenciaram diretamente no desenvolvimento social, intelectual e cognitivo dos alunos com essa necessidade específica.

## **METODOLOGIA**

O estudo, que ora se apresenta, se constitui num recorte de uma das categorias elencadas na pesquisa original de doutoramento em psicologia social, intitulada “Um estrangeiro em família: ser surdo como diferença linguística” (JOCA, 2015), que teve o surdo como objeto de pesquisa, por meio do método etnográfico com o uso do grupo focal como técnica, para investigação no grupo de dez surdos estudantes universitários de cursos diversos, e o grupo de seus familiares, todos ouvintes. Para análise das informações fez-se uso do software *Nvivo*, que gerou oito categorias: Comunicação, Oralização Obrigatória, Cultura Surda, Preconceito, Escolarização Inadequada, Família, Perspectiva da Diferença e Perspectiva Médica.

A investigação foi norteadada pela Pesquisa Qualitativa não tem a intenção de quantificar pessoas ou opiniões, no entanto, esta objetiva explorar representações sociais e opiniões sobre a temática alvo. O método qualitativo reitera o desempenho focado nas experiências e relações pessoais.

Para além do caráter qualitativo, utilizou-se a pesquisa documental que se refere a uma pesquisa realizada a partir de registros já acessíveis provenientes de pesquisas realizadas

anteriormente, especificamente, uma releitura, com recorte de categoria do estudo original “Um estrangeiro em família: ser surdo como diferença linguística” (JOCA, 2015). O presente recorte do estudo original tem o foco na categoria Escolarização Inadequada, identificando o interesse em discutir a educação do surdo. Para Severino (2016, p. 131) “Os textos tornam-se fonte dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos.”

## TRILHANDO A LINHA HISTÓRICA

No estudo original, como dito anteriormente, a partir dos relatos dos surdos e de seus familiares participantes, foram elencadas oito categorias e, no momento, propomos abordar a categoria “Escolarização Inadequada” e dialogarmos com os autores sobre a educação do surdo nesse percurso até chegar à escola bilingue.

Esta categoria denotou a escola como inadequada, em relação à metodologia, as relações negativas com os pares e os professores, a necessidade constante de mudança de escola, além de revelar a angústia dos pais em busca de instituições que aceitassem seus filhos surdos, afóra a dor de ter seguido o que na época era mais natural: a proibição do uso das mãos na comunicação e a ênfase nos exercícios de oralização. Tudo era muito natural para os educadores e a família, assim “os pais acreditavam está colocando nas melhores escolas, porque eram escolas de ouvinte que se propunham a receber o aluno surdo, mas não tinham a dimensão da dor sentida pelo filho” (JOCA, 2015, p. 165). Entretanto, “foram mais de cem anos de práticas engeguecidas pela tentativa de correção, normalização e pela violência institucional” (Skliar, 2005, p.07). A luta dos surdos pelo direito do uso de sua língua primeira (L1) e por uma educação, que atenda as suas necessidades linguísticas e metodológicas, é secular. Isso porque, por muitos anos, “a surdez é construída na perspectiva do déficit, da falta, da anormalidade. O normal é ouvir, o que diverge deve ser corrigido, normalizado” (GESSER, 2009, p. 67). E, nessa perspectiva, a educação do surdo assumia um modelo biomédico de treino da fala, inclusive na escola.

A educação dos surdos, no Brasil, teve início ainda no século XIX quando o professor francês Edward Huet veio para o país a convite de D. Pedro II. O então professor fundou a primeira escola brasileira de surdos: Imperial Instituto de Surdos-Mudos, o qual era mantido pelo governo federal (CAMPELLO, 2007). No entanto, Huet precisou deixar o país e após isso, se instalou o método do oralismo como estratégia de ensino para surdos, o qual foi aprovado no Congresso de Milão, em 1880.

Somente após cem anos, por volta de 1980, o método da Comunicação Total foi utilizado. A partir daí a língua de sinais foi introduzida novamente na educação dos surdos. Esse pequeno avanço deu surgimento, no ano de 2005 ao movimento inclusivista, o qual prejudicou e quase contribuiu para o fechamento das escolas de surdos, que, muitas vezes, eram obrigados a estudarem em escolas regulares. No entanto, essa metodologia não foi muito eficiente, ocasionando, assim, o abandono escolar por parte desses alunos (PERLIN; REICHERT, 2014). Esses últimos séculos são marcados por consideráveis mudanças pelas quais passou a educação dos surdos e suas abordagens diversas, como o oralismo, comunicação total até chegar ao bilinguismo.

Fernandes e Moreira (2009), Slomski (2010) ressaltam que os surdos podem ser considerados bilíngues ao dominarem duas línguas legitimamente brasileiras, posto que ambas expressam valores, crenças e modos de percepção da realidade de pessoas que compartilham elementos culturais nacionais.

No estado do Ceará, não diferente do Brasil e do mundo, a educação dos surdos também passou por toda essa trajetória. Barros (2010) afirma que a fundação do Instituto Cearense de Educação dos Surdos – ICES aconteceu no ano de 1961 por meio da iniciativa do professor Hamilton Cavalcante de Andrade, o qual foi o primeiro diretor do Instituto. Os profissionais eram especializados em surdez, oriundos do Instituto Nacional de Educação dos Surdos – INES, no Rio de Janeiro. Esses profissionais tinham como objetivo ministrar um curso para os funcionários do ICES que não tinham habilidades em educação especial.

No ICES a abordagem utilizada era o oralismo, uma vez que nessa época a educação dos surdos seguia o que havia sido aprovado no Congresso de Milão. Nesse período, o ensino do surdo tinha como principal objetivo tornar o surdo normalizado, conforme explica Barros:

A intenção era fazer o Surdo falar, torná-lo um civil “normal”; porém, os resultados não eram satisfatórios: os alunos surdos reprovavam bastante, geralmente nunca aprendiam a falar, e levavam anos tentando aprender o português, porém sem sucesso. Os instrutores do instituto não percebiam que o método oralista só surtia algum efeito quando o indivíduo possuía algum resquício auditivo; os surdos com ausência total de audição não aprenderiam nunca a falar. O que acabou acontecendo foi o desenvolvimento de uma comunicação, que se baseava nos sinais dos Surdos do Rio de Janeiro (pois alguns alunos do ICES tinham contato com os Surdos do INES).

Mesmo com a ineficiência do método oralista foi apenas no ano de 2009 que toda a comunidade escolar do ICES se reuniu para elaborar o Projeto Político Pedagógico da escola. Nascimento (2011, p. 31-32) afirma que tal projeto, naquele ano tinha como proposta as seguintes metas:

“1 – Educação Infantil com professor pedagogo surdo; 2 – Disciplina de Libras em todas as séries, lecionada por professores surdos, com carga horária equiparada ao

Português; 3 – Formação de professores em Libras; 4 – Padronização do currículo e das avaliações; 5 – Ampliação do uso recursos visuais como estratégia de ensino e avaliação; 6 – Reformas físicas estruturais; 7 – Aquisição de equipamentos e mobiliários novos; 8 – Promoção de uma rede de contatos com outras instituições para surdos, com a Secretaria de Educação e outros órgãos”.

Todas essas metas foram essenciais para a concretização do ensino bilíngue no ICES. Para o indivíduo surdo é fundamental o acesso à sua língua desde a infância e uma escola bilíngue é de grande relevância para o seu desenvolvimento cognitivo e intelectual. Devido à ausência da língua de sinais que o sujeito surdo era visto como deficiente, sendo privado do contato com seus pares e, além disso, submetido a metodologias de ensino que não eram condizentes com sua necessidade específica. É por meio da convivência com seus pares que a criança surda adquire rapidamente a sua língua materna, e, conseqüentemente, aprende mais rápido a sua segunda língua.

Apenas, no ano de 2011 que a disciplina de Libras, de fato, foi oficializada no currículo do ICES e, a partir desse mesmo ano, a coordenação resolveu elaborar as avaliações de forma bilíngue. Os profissionais do Instituto passaram a participar de uma formação em Libras, ampliando seus conhecimentos teóricos na língua.

Essa trajetória do ICES como escola bilíngue para surdos foi de grande importância para a educação dos surdos no Ceará, pois permitiu o desenvolvimento dos seus alunos tornando possível o ingresso desses discentes no nível superior, fato antes inimaginável. Além disso, fortaleceu a comunidade surda do estado e expandiu a valorização da língua de sinais. Acresce que, como assinalam Oliveira et al, 2019, p. 137):

A escola bilíngue é o local favorável onde o sujeito surdo pode se expressar e se sentir membros de uma comunidade, visto que está na companhia de seus pares. Sendo assim, a escola tem responsabilidade de orientar e preparar os alunos para as demais fases do ensino e que promova a inclusão por meio do seu quadro docente funcional, o qual deve ser fluente em língua de sinais a fim de que todos possam, efetivamente, se sentirem incluído.

### **O surdo no Ensino Superior**

As pesquisadoras Fernandes e Moreira (2017, p.127) ressaltam que a educação bilíngue de surdos nas universidades aponta “[...] contribuições ao letramento acadêmico bilíngue de estudantes surdos, o desenvolvimento de metodologia específica para elaboração de materiais bilíngues – em diferentes gêneros textuais [...]”. Enfatiza-se, ainda, a releitura da atuação do intérprete educacional de Libras/Português, profissional essencial para a mediação da aprendizagem do aluno surdo. Como um avanço com relação a língua de sinais no ensino superior, Joca, Oliveira e Munguba (2019, p. 5) descrevem que “A necessidade do conhecimento da língua de sinais foi conquistando espaços, até que a disciplina de Libras

passou a ser exigida como obrigatória nos cursos superiores que envolvem a docência e como optativa nos demais cursos do ensino superior” (tradução própria)<sup>6</sup>.

Atualmente, identifica-se avanços na educação de surdos no que tange ao acesso ao Ensino Superior, assim como na sua permanência e êxito acadêmico. A experiência de implantação de um curso para a formação de professores de Língua Brasileira de Sinais – Libras, se constituiu um marco para o Povo Surdo brasileiro. “O Curso de Licenciatura Letras Libras tem como principais características ser um curso a distância, virtual e para um público surdo” (QUADROS, 2009, p.183).

A iniciativa se deu na parceria da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC e o Ministério da Educação, estruturado nove polos, de acordo com Quadros (2009): Universidade Federal do Amazonas, a Universidade Federal do Ceará, a Universidade Federal da Bahia, a Universidade de Brasília, o Centro Federal Tecnológico do Estado de Goiás, a Universidade de São Paulo, o Instituto Nacional de Educação, a Universidade Federal de Santa Maria e a Universidade Federal de Santa Catarina.

A proposta de um curso “surdo” privilegia, desde a sua implantação, a visualidade do surdo e tem como público alvo, surdos e ouvintes bilíngues. A primeira turma, de acordo com Quadros (2009, p.169), “O programa selecionou 500 estudantes, sendo que 447 são surdos e 53 são ouvintes bilíngues”.

A maioria das turmas passou a ser ofertada, na forma presencial, em especial por universidades que detêm a experiência do curso ofertado pela UFSC, na modalidade a distância. Nesse contexto, apontamos a Universidade Federal do Ceará – UFC, que implantou em 2013 o seu curso presencial, atualmente em funcionamento.

O curso da UFC é organizado em quatro unidades curriculares: Fundamentos da Educação de Surdos, Linguística da Libras, Ensino de Libras e suas Literaturas, Estágio Supervisionado (UFC, 2012).

O principal aspecto é que, a educação bilíngue se estabelece no cotidiano do curso, o que leva, tanto ao corpo docente como o discente a pesquisar, refletir e avaliar as práticas pedagógicas adotadas, levando ao desenvolvimento de competências e habilidades para o ensino e aprendizagem bilíngue, considerando o jeito surdo e ensinar e de aprender.

---

<sup>6</sup> The need of the knowledge of the sign language has conquered spaces, until the Libras discipline started to be required as mandatory in superior courses that involve teaching, and as optative in the others.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir do gráfico da Categoria Escolarização Inadequada (Figura 1) e dos comentários dos participantes, teceremos uma discussão sobre a educação do surdo e o seu percurso.

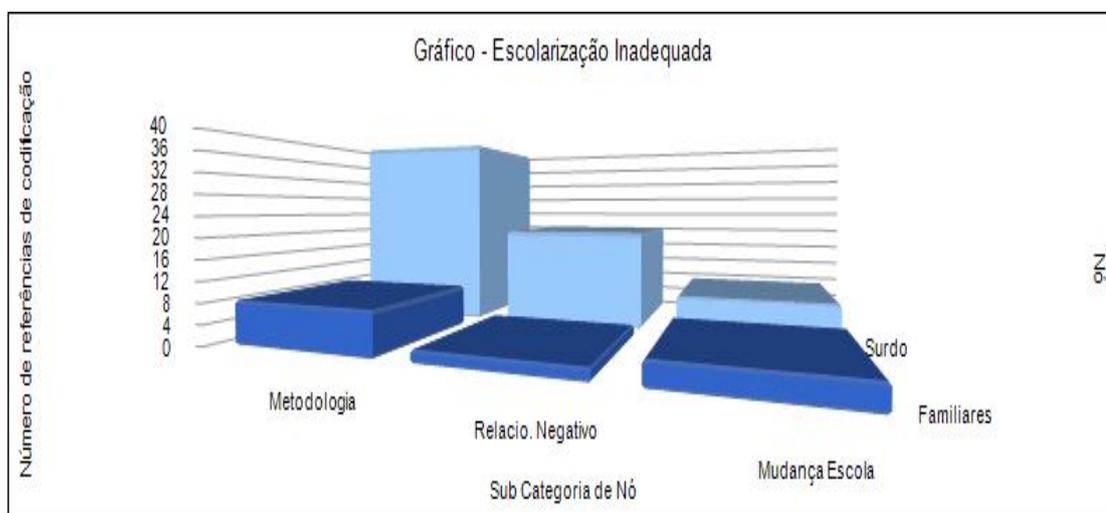


Fig. 01 – Representação gráfica do cruzamento entre os atributos – “surdos” e “familiares” e o conteúdo do nó: Escolarização Inadequada (fonte: JOCA, 2015).

É notório na figura 1 que a maior insatisfação quanto à escola, partia do surdo, pois eles inseridos em um espaço que não o acolhia com a sua língua própria, deixava-o às margens. A metodologia partia da oralização e da explanação com pouco recurso visual, que tornava o ensino excludente. As relações eram pautadas de preconceito e gozação, por não haver interação comunicacional, o que gerava a insatisfação, o sentimento de inadequação e a mudança de escola por não se sentir pertencente àquele espaço, àquele grupo. De forma veementemente contra a essa prática educacional, Skliar e Téllez (2016, p. 152) asseguram que “educar é, pelo contrário, uma das formas adotadas pela exterioridade da existência em que nascemos e que nos encaminha para a possível experiência de liberdade” (tradução própria)<sup>7</sup>.

Percebe-se a marginalização, a inadequação da escolarização a partir do comentário de uma participante “Na escola, os ouvintes conseguiam aprender e os surdos não. Foi um tempo sofrido” (S1)<sup>8</sup>. Isso ocorria devido as práticas pedagógicas inadequadas aos surdos, privilegiando o *input* sensorial auditivo, em detrimento aos *inputs* visuais e espaciais, mais adequados à visualidade do aluno surdo. Nascimento (2011) retrata que o o fracasso escolar do

<sup>7</sup> Educar es, por el contrario, una de las formas adoptadas por la exterioridad de la existencia a la que nacemos y que nos reenvía a la experiencia posible de la libertad.

<sup>8</sup> Para garantir o sigilo, os surdos encontram-se nominados por (S)

aluno surdo advém de um fazer pedagógico que não respeita a modalidade bilíngue e bicultural, consequência de uma ideologia em que o surdo é obrigado a viver como se fosse ouvinte.

Enquanto os pais, buscavam junto a educadores e profissionais da saúde o aprendizado da fala, como cita uma das mães participantes do grupo focal “A escola foi a melhor, na época. Foi escolhida por nós mesmos dentre as opções e acreditávamos também que eles iam aprender a falar” (F1)<sup>9</sup>. Ressaltamos que na época em foco, a orientação recebida pelos familiares ouvintes de crianças surdas era voltada especificamente para o desenvolvimento da oralidade exclusiva.

Em outro momento, traz o rigor utilizado pela escola nas décadas de 1980 e 1990, ao afirmar, sobre o seu filho surdo, que: “Ele apanhava pra não falar com LIBRAS na escola, lá só podia a fala” (F1). Criava-se, dessa forma, situações constrangedoras e de esquivas em relação à escola, gerando não só mudança de instituição, como também a evasão escolar.

Em consonância ao que foi dito, Joca, Oliveira e Munguba (2019, p. 3) afirmam que “O preconceito linguístico se mostra de forma importante no contexto educacional brasileiro e, muitas vezes, é a própria escola o palco desse preconceito diante daqueles que não compreendem a língua portuguesa” (tradução própria)<sup>10</sup>

Vemos que “são grandes as expectativas geradas na sociedade, na família, e por vezes até no próprio surdo sobre as condições da escola em relação a esse processo, e exige-se que ela extrapole seus limites sem ter a estrutura curricular para tanto” (MACHADO, 2006, p.40). À medida que se vem percebendo tamanho desamparo, urge a preparação dos professores e a adaptação metodológica para atender o estudante surdo de forma assertiva. Oliveira et al (2019, p.136) asseguram que “Considerando a aceitação da língua de sinais pela instituição regular, esta, somente não será suficiente para um efetivo trabalho pedagógico para com a educação do surdo, visto que será necessário considerar este sujeito como cultural e bilíngue.

Acresce a isso o reduzido nível de respeito às diferenças e o desenvolvimento de relações desiguais com o surdo que geravam sofrimento psíquico e o desenvolvimento de baixa autoestima, alimentando a posição de uma comunidade minoritária e subjugada. Como comenta outro surdo participante: “Eu sofria muito porque as crianças me desprezavam... eu ficava sério na escola” (S2). Esse estudante desenvolveu o sentimento de menos valia e foi silenciando as suas mãos, atualmente, só se comunica bem com as pessoas que ele se sente seguro.

---

<sup>9</sup> Seguindo a garantia do sigilo, os familiares encontram-se nominados por (F)

<sup>10</sup> The linguistic prejudice displays in an important way in the Brazilian educational context, and frequently, it is the school itself the place for this prejudice against those who do not comprehend the Portuguese language.

Outra participante, de forma emocionada, expressa a sua dor: “Por causa da minha voz, algumas pessoas mangavam de mim e eu não gostava... Isso me afligia bastante. Isso aconteceu numa das escolas que eu estudava. Foi por isso que eu deixei a escola” (S3). Em casa também, não havia a comunicação e a irmã comenta: “Nós não sabíamos que era tão difícil, ela não contava, só chorava e dizia que não queria ir para escola”. (F2).

Como afirma Joca (2015, p. 169), que realizou a pesquisa e conviveu de perto com esses dois grupos, “os participantes deste estudo passaram por diversas experiências que lhes causaram dor e deixaram marcadas as cicatrizes imprimidas por uma sociedade cruel, que enaltecia a igualdade e esquecia-se dos direitos igualitários”.

Percebeu-se com o estudo, que ao passar dos anos o surdo a partir de seus movimentos e lutas, conquistavam espaços, tiveram a sua língua reconhecida, pela Lei 10.436/2002. E, ainda, na época do estudo, de 2010 a 2014, já se identificava o movimento pela Escola Bilingue, pois como assinala Gesser (2009, p. 60) “a língua portuguesa tem, sim, um papel fundamental na escolarização e na vida cotidiana do surdo, da mesma forma que tem na vida de todas as crianças brasileiras”. Entretanto, compreende-se que quando há o encontro do sujeito surdo com a comunidade surda ocorre um impacto de forma significativa e subjetiva devido à correlação e elaboração do sentimento de pertencimento que é constituído pelo modo de Ser surdo. Assim, Quadros (2019) assegura que os surdos, a partir de suas relações com o outro surdo, descobre sua própria identidade surda. Nesta perspectiva, o espaço do professor surdo na educação bilíngue do surdo é determinante como referência linguística e cultural.

Não se pretende banir a língua do país de origem do surdo, de seu conhecimento, “a ideia equivocada é de que uma língua leva ao não uso da outra e neste caso ‘subtrai’. Assim não é incentivado o ensino de línguas com qualidade, não é trazida para dentro do espaço escolar a multiplicidade linguística brasileira” (QUADROS, 2012, p. 26). A pluralidade linguística de nosso país gera uma riqueza cultural, reforçando a demanda de políticas linguísticas mais efetivas. Apesar de o Brasil se dizer um país monolíngue, Mello, Altenhofen e Raso (2011, p. 9) afirmam que “o monolinguismo é muito mais exceção do que regra e algum tipo de relação com mais de uma variedade linguística envolve a grande maioria da população do planeta”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ressaltamos a relevância do movimento surdo, tanto no embasamento científico como político, da proposta da educação bilíngue para os surdos.

A identificação de uma escola que, por longo período e até a entrada do novo século, mantinha as suas bases de propostas pedagógicas em uma linha de terapia da fala e de fortes

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

imposições, geraram fortes marcas de sofrimento nos estudantes surdos e só há uma década atrás foi iniciada a proposta da educação bilingue e que ainda se encontra em fase de adaptação e desenvolvimento.

Embora não esteja amplamente inserida nas propostas das secretarias de educação, há de se pensar em fortalecimento da escola bilingue como algo a ser alcançado para que seja ofertado ao surdo a equidade na educação. A exemplo da educação bilingue desenvolvida na Educação Superior que ocorre de forma natural no Curso de Letras Libras e que gera maior conhecimento, reflexão e pesquisa sobre as práticas pedagógicas em uma atuação de respeito mútuo entre os sujeitos surdos e ouvintes, valorando as competências de ambos na proposta de ensinar e aprender.

Por fim, destacamos a demanda de outras investigações no sentido de sugerir práticas pedagógicas adequadas à melhoria da qualidade da educação bilíngue do surdo.

## REFERÊNCIAS

BARROS, E. M. **O Mundo do Silêncio** – Uma breve contextualização da trajetória do indivíduo surdo na humanidade. Arara Azul, 2011. Ed. 07. ISSN 1982-6842. Disponível em: <https://editora-arara-azul.com.br/site/edicao/60>

CAMPELLO, A. R. S. Pedagogia visual/sinal da educação dos surdos. In: QUADROS, R. M. de; PERLIN, G (Orgs). **Estudos surdos II**. Série pesquisas. Petrópolis: Arara Azul, 2007. p. 100-131.

DORZIAT, A; ARAÚJO, J, R; SOARES, F, P. O direito dos surdos à educação: que educação é essa?. In: DORZIAT, A; ARAÚJO, J, R; SOARES, F, P. **Estudos surdos** – diferentes olhares. Porto Alegre: Mediação, 2011. p. 19-60.

FARIA, E. M. B. de et al. Língua de sinais: um instrumento viabilizador do desenvolvimento cognitivo e interacional do surdo. In: FARIA, E. M. B. de et al. **Estudos surdos** – diferentes olhares. Porto Alegre: Mediação, 2011. p. 171-198.

FERNANDES, S.; MOREIRA, L. C. Bilingual education policies for deaf students: contributions to academic literacy in higher education. **Educar em Revista**, n. SPE. 3, p. 127-150, 2017.

FERNANDES, S.; MOREIRA, L. C. Desdobramentos político-pedagógicos do bilinguismo para surdos: reflexões e encaminhamentos. **Revista “Educação Especial”** v. 22, n. 34, p. 225-236, maio/ago. 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/275/134>. Acesso em: 30 set. 2019.

GESSER, A. **LIBRAS? Que língua é essa?** crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009.

JOCA, T, T. **Um estrangeiro em família: ser surdo como diferença linguística.** 2015. 197 f. Tese (Doutorado em psicologia social) – Universidade Autónoma de Lisboa - UAL, Lisboa, 2015.

JOCA, T, T. OLIVEIRA, A, R, M, N. MUNGUBA, M, C. From mandatory oralisation to deaf bilingualism: one achievement in process. **International Journal of Latest Research in Humanities and Social Science** v. 02, Issue 06, p. 62 – 69, 2019. Disponível em <http://www.ijlrhss.com/paper/volume-2-issue-6/9-HSS-385.pdf>. Acesso em 01 out. 2019.

MACHADO, P. C. Integração/inclusão na escola regular: um olhar do egresso surdo. In: QUADROS, R. M. de. (Org.). **Estudos surdos I.** Série pesquisas. Petrópolis: Arara Azul, 2006. p. 37-75.

MELLO, H.; ALTENHOFEN, C.; RASO, T. (orgs). **Os contatos linguísticos no Brasil.** Belo Horizonte: UFMG, 2011.

NASCIMENTO, J. B. M. Construindo uma escola bilíngue para surdos. In: GOMES, G. N. C.; NASCIMENTO, J. B. M (Orgs). **Experiências Exitosas em Educação Bilíngue para Surdos.** Fortaleza: SEDUC, 2011.

OLIVEIRA, A, R, M, N. OLIVEIRA, S, M. JOCA, T, T. MUNGUBA, M, C. A escola bilíngue como mediadora da identificação cultural dos surdos. In: SOUSA, I, V. **Educação Inclusiva no Brasil: surdez e ensino bilíngue.** Coleção Educação Inclusiva no Brasil. Jundiaí: Paco Editorial, 2019, p. 129 – 143.

QUADROS, R. M. **Libras.** São Paulo: Parábola Editorial, 2019.

QUADROS, R. M. de; KARNOPP, L. B. **Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos.** Porto Alegre: Artmed, 2004.

QUADROS, R. M. de; STUMPF, M. R. O primeiro curso de graduação em letras língua brasileira de sinais: educação a distância. **ETD-Educação Temática Digital**, v. 10, n. 2, p. 169-185, 2009.

QUADROS, R. M. O *Bi* em bilinguismo na educação de surdos. In LODI, A.C.B.; MÉLO, A.D.B.; FERNANDES, E (Orgs.). **Letramento, bilinguismo e educação de surdos.** Porto Alegre: Mediação, 2012. p. 26-36.

SKLIAR, C.; TÉLLEZ, M. **Comover la educación: ensayos para una pedagogía de la diferencia.** 2. ed. Buenos Aires: Noveduc, 2016.

SLOMSKI, V. G. **Educação bilíngue para surdos: concepções e implicações práticas.** Curitiba: Juruá, 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. **Projeto pedagógico curricular: curso de licenciatura letras: língua brasileira de sinais (Libras),** 2012.